



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
COORDENADORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA  
SAÚDE  
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE

**Projeto Político Pedagógico**  
**Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Norte**



NATAL/RN

2021

**GOVERNADORA**

Maria de Fátima Bezerra

**SECRETARIO DE ESTADO DA SAÚDE**

Cipriano Maia de Vasconcelos

**COORDENADORA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA  
SAÚDE**

Elenimar Costa Bezerra

**DIRETORA GERAL**

Cláudia Frederico de Melo

**DIRETORA TÉCNICO-PEDAGÓGICA**

Ranielly Santos de Aquino

**DIRETORA ADMINISTRATIVA**

Dalvaci Lima de Sena

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Adriana Gomes Maia

Ana Carla Macedo do Nascimento

Ana Paula de Andrade Galvão

Ariadna Varela Nascimento

Caio Flávio Diniz Marinho de França

Cláudia Frederico de Melo

Cybelles Araújo de Medeiros Lucena

Dalvaci Lima de Sena

Danielly Talitta Fernandes Dantas

Débora Maria Câmara de Lemos

Eleonora Márcia de Oliveira

Eva Emanuela Lopes Cavalcante Feitosa

Flávia Andréa Belarmino de Medeiros

Iolanda da Silva Araújo Foss de Oliveira

Ion Garcia Mascarenhas de Andrade

Jacyane Melo de Oliveira Santos

Janaina Karla Gomes Santos

Josetânio de Medeiros

Julineuda Bezerra Leão

Ranielly Santos de Aquino

Sandra Maria de Macedo Costa

Susy Ribeiro da Silveira Oliveira

Whastenny Nyedson da Silva Medeiros

### **EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO**

Adriana Gomes Maia

Ana Carla Macedo do Nascimento

Cláudia Frederico de Melo

Dalvaci Lima de Sena

Flávia Andréa Belarmino de Medeiros

Iolanda da Silva Araújo Foss de Oliveira

Janaína Karla Gomes Santos

Ranielly Santos de Aquino

Sandra Maria de Macedo Costa

## LISTA DE SIGLAS

PPP	Projeto Político Pedagógico
ESPRN	Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Norte
SUS/RN	Sistema Único de Saúde do Rio Grande do Norte
CFEOPE	Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde “Dr Manoel da Costa Souza
SESAP/RN	Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte
SEMTEC/MEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
PROFAE	Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem
UNI	Projeto de Formação dos Profissionais de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
MS	Ministério da Saúde
MEC	Ministério da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
FAT	Tesouro Nacional e Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIC	Formação Inicial e Continuada

RAS	Redes de Atenção à Saúde
PROEPS-SUS	Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS
APS	Atenção Primária à Saúde
REDESCOLA	Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública
CF	Constituição Federal
CIES	Comissões de Integração Ensino-Serviço
COAPES	Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde
PRO EPS-SUS	Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional da Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, Educação Profissional Técnica, de Nível Médio e Superior
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
PEE	Planos Estaduais de Educação
PME	Planos Municipais de Educação
PNEPS	Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
CIES-RN	Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço Estadual
CIB	Comissão Intergestores Bipartite

CGTES	Coordenação de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da SESAP
COSEMS-RN	Conselho de Secretarias Municipais de Saúde
CES-RN	Conselho Estadual de Saúde
CPA	Comissão Própria de Avaliação
GT	Grupos de Trabalho
PES	Plano Estadual de Saúde
PEEPS	Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde
PPA	Plano Plurianual
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
IES	Instituição de Ensino Superior
PNEPS	Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

## APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola de Saúde Pública do RN (ESPRN) é resultado de uma construção coletiva e participativa, elaborado pelo conjunto de atores que constituem a comunidade escolar e o quadrilátero da Educação Permanente em Saúde formada por gestores estaduais e municipais, trabalhadores do Sistema Único de Saúde do RN (SUS/RN) e/ou entidades representativas, instituição de ensino com cursos na área da saúde e movimentos sociais ligados à gestão das políticas públicas de saúde e controle social no SUS.

Para a sua elaboração foi consultado o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde “Dr Manoel da Costa Souza – Cefope” (2014) como referência histórica do processo de construção da referida escola. O Cefope, até então, se constituiu desde a década de 80, como uma importante escola técnica da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP/RN) responsável pela formação de pessoal de nível médio na área saúde.

Considerando essa trajetória histórica e alinhada às necessidades identificadas pela instituição, a partir de outros documentos institucionais como o Plano Estadual de Saúde (PES) e o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS) surge a necessidade de instituir a ESPRN, a partir da ampliação das ações do Cefope, inserindo a modalidade de ensino de pós-graduação Lato Sensu.

A ESPRN é uma escola que tem por finalidade qualificar os profissionais que atuam no SUS/RN através da integração e qualificação de conhecimentos que possam servir para potencializar os processos de trabalho e impactar, positivamente, na qualidade da prestação dos serviços.

A expectativa é que a Escola seja indutora do fortalecimento do SUS/RN na perspectiva da qualificação das práticas, da produção e disseminação de conhecimento, bem como, potencialize as políticas públicas, aglutinando forças e competências.

O seu conteúdo é composto pelo conjunto dos objetivos e das metas a serem alcançadas, constituídas pela oferta de atividades educacionais, com o objetivo de possibilitar o pleno desenvolvimento dos vários atores que



compõem o SUS RN, por meio de abordagens educacionais inovadoras, que os preparem para atender aos novos desafios com respostas adequadas e efetivas que supram as demandas das comunidades.

É um instrumento dinâmico que deve manter-se atualizado no tocante às tecnologias, ligadas às práticas educativas e, assim, contribuir para a promoção e o desenvolvimento sustentável, reduzindo as desigualdades sociais da sua área de atuação.

Pretendemos que esse documento também permita a flexibilização suficiente para que, permanentemente, adapte-se às necessidades sociais e de aprendizagem dos alunos. Pelo exposto, verifica-se que o seu alinhamento com o Plano Plurianual (PPA) se fez necessário e imperioso para que a missão institucional seja plenamente cumprida. Para finalizar, espera-se que o PPP da Escola de Saúde Pública seja fonte permanente de consulta por toda comunidade escolar, pois isto é o que o tornará uma ferramenta essencial, viva e eficiente, para o planejamento, a avaliação e as tomadas de decisão.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO</b> .....	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>IDENTIDADE INSTITUCIONAL</b> .....	<b>17</b>
3.1	MISSÃO .....	17
3.2	PRINCÍPIOS E VALORES DA INSTITUIÇÃO .....	18
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b> .....	<b>19</b>
<b>5</b>	<b>MARCO POLÍTICO</b> .....	<b>21</b>
5.1	AS POLÍTICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO .....	23
<b>5.1.1</b>	<b>A política de educação permanente em saúde e o quadrilátero</b> .....	<b>27</b>
5.2	A GESTÃO PARTICIPATIVA COMO MODELO DE GESTÃO .....	30
<b>6</b>	<b>MARCO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO</b> .....	<b>31</b>
<b>7</b>	<b>MARCO PEDAGÓGICO</b> .....	<b>33</b>
7.1	CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM SOCIEDADE- TRABALHO E CURRÍCULO .....	34
7.2	CURSOS TÉCNICOS .....	38
7.3	CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA .....	39
7.4	CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA .....	39
7.5	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.....	39
7.6	PESQUISA .....	40
7.7	EXTENSÃO .....	41
7.8	ESTÁGIO CURRICULAR .....	42
7.9	A METODOLOGIA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM... ..	43
7.10	O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E SUAS DIMENSÕES NO ÂMBITO ESCOLAR .....	50
<b>7.10.1</b>	<b>Formação para docência</b> .....	<b>50</b>
<b>7.10.2</b>	<b>O Planejamento</b> .....	<b>51</b>
7.11	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	53
7.12	CERTIFICAÇÃO .....	57
<b>7.12.1</b>	<b>Cursos Técnicos e de Especialização Técnica</b> .....	<b>57</b>
<b>7.12.2</b>	<b>Lato-Sensu</b> .....	<b>57</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) foi instituído pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e, também, a Lei nº 9394/96, cuja obrigatoriedade foi determinada na legislação do Conselho Estadual de Educação/Deliberação 07/2000 (BRASIL, 1996).

O PPP é o instrumento balizador para a atuação da instituição de ensino e, por consequência, expressa a prática pedagógica de uma escola e de seus cursos, dando direção à gestão e às atividades educacionais.

Isso pressupõe que o projeto da Escola deve atender às dimensões política e pedagógica que lhes são atribuídas. Política, porque traduz pensamento e ação, expressando uma visão de mundo, de sociedade, de educação, de profissional e de aluno que se deseja. Pedagógica, porque possibilita tornar real a intenção da Escola, subsidiando a orientação educativa no cumprimento de seus propósitos. Assim, o PPP, junto com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Regimento Escolar, é um dos importantes instrumentos normativos em que a Escola de Saúde Pública do RN (ESPRN) se baseia para efetivar suas práticas, como Instituição de Ensino Superior (IES).

A existência da escola de saúde pública pode se tornar uma excelente oportunidade para aprofundar as análises sobre o perfil epidemiológico da população norterriograndense, e com isso, proporcionar a reflexão sobre estratégias de reorientação das práticas de saúde no SUS/RN, tendo em vista o fortalecimento das ações de promoção e vigilância da saúde, e a melhoria da qualidade da gestão do sistema em todos os níveis, superando o modelo fragmentado para um de integração das redes.

Nesta perspectiva, é na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) que a ESPRN deve se fundamentar, pois propõe que a transformação das práticas profissionais deve basear-se na reflexão crítica sobre as práticas reais, vivenciadas pelos profissionais que atuam nos diversos cenários da rede de serviços.

Para dar conta desta complexidade, a ESPRN, a partir de sua missão institucional, propõe projetos de ensino, pesquisa e extensão, embasados em pressupostos filosóficos consistentes e democráticos e em teorias de aprendizagem construtivistas.

A partir dessa reflexão, partindo do entendimento de que o desafio da construção e atualização de um PPP exige a participação efetiva de toda a comunidade escolar, além do diferentes segmentos que compõem o quadrilátero da Educação Permanente em Saúde (EPS), foram criadas estratégias para que todos participassem e contribuíssem, de maneira ativa e democrática, de modo que o conjunto de valores, normas e relações obedecessem a uma dinâmica singular e viva.

A estrutura deste documento foi baseada nas versões anteriores do PPP do CEFOPE, como referencia histórica da Escola Técnica do SUS RN, com modificações em razão da ampliação do escopo de ações da ESPRN, sendo composta pelos dados da instituição; pelas concepções que norteiam as ações, as políticas, e as diretrizes pedagógicas por projetos de ensino, a pesquisa e extensão, desenvolvidas pelas diferentes equipes da escola.

Destaca-se, nesta versão do PPP, a retomada das ideias de educação transformadora, de Paulo Freire em que se aponta, claramente, em seus pressupostos, os conceitos de autonomia, democracia e cidadania, buscando garanti-los na prática diária da ESPRN.

A razão do esforço, pela autonomia escolar rumo à Escola cidadã, deverá ser a da qualidade do ensino e da formação integral e educação permanente de todos os seus atores (gestores, corpo docente, colaboradores e estudantes), com a finalidade de formar profissionais, não só para o trabalho, mas para a vida, para a construção de relações humanas e sociais civilizadas, justas e éticas para o exercício e a prática da cidadania crítica e ativa.

Para que a ESPRN alcance os objetivos expressos neste PPP, atendendo aos anseios da sociedade, é necessário, não só atualizar os fundamentos legais, filosóficos e pedagógicos, mas, também, contar com o empenho e preparo da equipe de trabalho e, sobretudo, com as condições de recursos

humanos e financeiros, que a viabilizem. Isso inclui o desenvolvimento de esforços para a criação de um quadro de pessoal efetivo, como, também, para a valorização do corpo docente e técnico, que, atualmente, colabora com a ESPRN.

A Escola de Saúde Pública RN renova, neste documento, seu compromisso político-pedagógico de continuar atendendo às demandas de formação profissional dos trabalhadores de saúde da rede que integra o SUS do Estado do RN.

## **2 CONTEXTO HISTÓRICO**

O Sistema Único de Saúde (SUS), desde seus primórdios até os dias atuais, vem enfrentando muitos desafios para sua efetivação plena. A trajetória do SUS rumo aos objetivos do movimento sanitário de construir um sistema de saúde universal, integral e cidadão, tem sido permeada por avanços e recuos devido às muitas dificuldades estruturais e políticas que permeiam o SUS. Todavia, quaisquer que sejam as saídas propostas para o fortalecimento do sistema de saúde público devem necessariamente levar em consideração o trabalho humano, os trabalhadores da saúde - atores estratégicos na viabilização e sustentação do SUS.

Assim sendo, entende-se que não há outro modo de qualificar redes e processos de trabalho senão a partir de ações de educação que gerem reflexões, discussões, aperfeiçoamentos nas condutas e como consequência melhorias na promoção da saúde da população.

Dentro do entendimento da formação de recursos humanos para o SUS, a Secretaria de Estado da Saúde Pública do RN (SESAP), em 1984, delegou a um Grupo de Trabalho, composto por técnicos da própria SESAP e da Universidade Federal do RN (UFRN), a missão de implementar um projeto que proporcionasse aos profissionais de saúde o acesso à formação e capacitação, de modo a desenvolver competências para operacionalização das suas atividades no âmbito do SUS.

Acompanhando as tendências políticas em nível nacional na área da saúde, foi criado no âmbito da SESAP/RN o Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde – CEFOPE a partir do Decreto Governamental Nº 8.861 de 03 de Fevereiro de 1984 e autorizado a funcionar através da Portaria Nº 314 da Secretaria Estadual de Educação em 15 de maio de 1985.

A partir de 1986, conforme o Decreto nº 9.481 de 13/02/1986 do Governo do Estado, o referido Centro passa a denominar-se Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde “Dr. Manoel da Costa Souza”.

Desde então, no período que antecede a criação do SUS, o referido Centro de Formação nasceu com a missão de contribuir para a ordenação da educação profissional em saúde através da formação inicial, continuada e técnica de nível médio, visando o desenvolvimento integral do cidadão e a qualidade da assistência prestada à população.

Considerando a conjuntura nacional, o Cefope foi criado num contexto de redemocratização da sociedade brasileira, como estratégia frente aos problemas, já identificados naquela época, da baixa qualificação da força de trabalho empregada nos serviços de saúde e da necessidade de se articularem o setor saúde e o setor educação.

Dessa maneira, a escola em 36 anos de sua existência formou mais de vinte mil profissionais, qualificando assim os serviços de saúde para a melhoria da assistência à população do Rio Grande do Norte.

Durante a década de 90 se intensificou a profissionalização dos profissionais de nível médio e a oferta de especialização em saúde pública para o nível superior para acompanhar as transformações do SUS que iniciava o processo de descentralização de determinadas ações de saúde sob a responsabilidade das gestões municipais.

Enquanto o Cefope permanecia responsável pela formação e qualificação do nível técnico, o nível superior era qualificado a partir de parcerias articuladas pela Coordenadoria de Recursos Humanos da SESAP (CRH) com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)/ Núcleo de Estudos em

Saúde Coletiva(NESC) envolvendo tanto os profissionais da SESAP quanto dos municípios do RN.

Podemos destacar como referência desse período o Projeto denominado “Uma Nova Iniciativa na Formação dos Profissionais de Saúde” (Projeto UNI) que também contou com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação (MEC).

Acompanhando essas mudanças que envolvem diretamente o campo do setor saúde e da educação, uma reforma educacional se inicia legalmente com a aprovação da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que incide na educação básica, profissional e superior. Em 1997, há uma regulamentação dessa lei pelo decreto nº 2.208, que é posteriormente revogado pelo Decreto 5154 de 23 de Julho de 2004.

Em 17 de Abril de 1997, foi publicado o Decreto nº 2.208 que regulamentou os artigos da LDB de 39 a 41, os quais definem os princípios relativos à reforma da educação profissional. Conforme a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC/MEC), essa modalidade de educação seria o ponto de articulação entre a escola e o mundo do trabalho, com a função de qualificar, requalificar e reprofissionalizar trabalhadores em geral, independente do nível de escolaridade, que possuam no momento do seu acesso.

De acordo com os artigos 39 a 42 da LDB, a Educação Profissional é caracterizada como integrada as diferentes formas de educação, ao trabalho, a ciência e a tecnologia com o objetivo de conduzir o cidadão a um permanente desenvolvimento de “aptidões para a vida produtiva”, na sociedade do trabalho e do conhecimento, e será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Em 1999, surge o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem – PROFAE, do Ministério da Saúde e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Tesouro Nacional e Fundo

de Amparo ao Trabalhador (FAT), que visava profissionalizar os trabalhadores de Enfermagem, como também, promover o fortalecimento e modernização das Escolas Técnicas do SUS.

Nesse período o CEFOPE, desencadeou o processo de reorganização administrativa e pedagógica visando atuar de forma mais eficiente na consolidação do Sistema Único de Saúde e responder às exigências impostas pelo novo cenário político, econômico e social e, pelos princípios e diretrizes da Reforma da Educação Profissional.

Nesta perspectiva, a reorganização administrativa prevê a incorporação do Conselho Escolar e Conselho de Classe à estrutura organizacional como forma de atender aos princípios de gestão democrática incorporados pela Escola.

Estas medidas significam para a escola uma possibilidade de democratização das ações e da construção de autonomia, compreendida como uma relação de interação social, que envolve as dimensões administrativa, jurídica, financeiras e pedagógicas relacionadas e articuladas entre si. Essas dimensões “[...] implicam direitos e deveres e, principalmente, um alto grau de compromisso e responsabilidade de todos os segmentos da comunidade escolar [...]” (VEIGA, 1998, p,14).

Seguindo sua trajetória, em 2000, o Cefope juntamente com as demais escolas criadas em todo o território nacional compõem a Rede de Escolas Técnicas do SUS – RET-SUS. As Escolas Técnicas do SUS - ETSUS atuam no segmento da Educação Profissional seja por meio de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada), Técnicos e Pós-Técnicos, na perspectiva da Política Nacional de Educação Permanente e tem como diferencial a sua atuação descentralizada para todo o estado e possui como referência para o seu processo formativo o trabalho como princípio educativo, a metodologia da problematização e a integração ensino-serviço.

O Cefope continuou ampliando suas ofertas de cursos a fim de atender às necessidades do SUS RN e, no ano de 2017, tendo em vista a constituição das Redes de Atenção à Saúde (RAS), como novo arranjo organizativo de ações e



serviços de saúde, a escola inicia a oferta de cursos pós-técnicos como: Especialização Técnica de Nível Médio em Enfermagem em Linhas de Cuidado - Urgência e Emergência e de Linha de cuidado – Psicossocial em consonância com a Portaria GM/MS nº 3.194, que instituiu o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS (PROEPS-SUS), com o objetivo de fortalecer essas práticas, conforme as singularidades regionais.

Com uma experiência consolidada no campo da educação profissional, contudo, com muitos desafios impostos pelas transformações do cotidiano do SUS pelo avanço das novas tecnologias do campo da informática, da comunicação e da educação em saúde, surge a necessidade de repensar sobre as ações, até então desenvolvidas, e assumir os novos desafios na perspectiva de contribuir com a melhoria da atenção à saúde da população potiguar e o fortalecimento da gestão do trabalho e da educação na saúde.

Dessa forma, nossa perspectiva com a expansão do campo de atuação da escola é assumir outras ofertas educacionais que inclua também os profissionais de nível superior que atuam no SUS/RN de forma articulada e integrada na Gestão do Trabalho e a Educação na Saúde e com atuação voltada para o ensino e a pesquisa na área da saúde.

Para tanto, é necessário uma proposta de Projeto Político Pedagógico que dialogue com as novas necessidades de ampliação da educação para o campo de atuação de profissional tecnológica e de pós-graduação.

### **3 IDENTIDADE INSTITUCIONAL**

#### **3.1 MISSÃO**

Promover e desenvolver ações de educação, pesquisa e extensão e produção de conhecimento na área da saúde, com inovação e produção

tecnológica, integrando ensino-serviço e comunidade com parcerias e redes colaborativas para atender as necessidades do SUS RN.

### 3.2 PRINCÍPIOS E VALORES DA INSTITUIÇÃO

Os valores organizacionais foram sintetizados da seguinte forma:

- **Universalidade:** garantia de atenção à saúde a todo cidadão.
- **Equidade:** reconhecer as diferenças nas condições de vida e de saúde com imparcialidade e respeito à igualdade de direitos, considerando a realidade e as necessidades de cada indivíduo.
- **Integralidade:** reconhecimento do indivíduo como um ser integral devendo ser atendido por um sistema que promova, proteja e recupere sua saúde.
- **Solidariedade:** conjugação das ações e serviços de saúde integrados em rede de atenção à saúde.
- **Ética:** Cumprimento dos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e legalidade.
- **Transparência:** relacionamento com usuários, trabalhadores e sociedade, baseado em comunicação clara e informações confiáveis, garantindo pleno acesso à informação.
- **Democracia:** dá relevo ao diálogo e controle social, além de reafirmar a gestão colegiada e participativa no ambiente interno.
- **Eficiência:** Ter como referência o montante de recursos envolvidos, com o objetivo de mensurar a otimização ou o desperdício de insumos despendidos no alcance das metas, no sentido de reestruturar a ação para obter, com menor custo e esforço, melhores resultados.
- **Eficácia:** alcançar as metas programadas em um determinado período de tempo.
- **Qualidade:** o valor enfatiza a busca permanente pelo trabalho bem feito como postura individual de todos os servidores com a disposição de qualificar processos, fluxos, informação, infraestrutura da instituição.

#### 4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Fortalecer a Política de Educação Permanente em Saúde e as práticas de saúde na Rede de Atenção;
- Integrar e Articular a Rede de Educação em Saúde do Estado do RN;
- Estabelecer padrões e procedimentos para melhoria do trabalho pedagógico, de forma a contribuir com a eficiência e a eficácia dos serviços de saúde;
- Melhorar o desempenho e a produtividade da escola, garantindo a qualidade e os resultados dos serviços educacionais prestados;
- Desenvolver estratégias de auto-sustentabilidade, que garantam a realização das ações programadas;
- Estabelecer canais de interlocução com os diversos segmentos da sociedade, com o mercado de trabalho em saúde, visando alimentar o processo de avaliação de egresso, o planejamento de novas ofertas e o fortalecimento de parcerias.
- Qualificar gestores, trabalhadores, prestadores e usuários do SUS;
- Contribuir para melhoria dos indicadores de saúde no RN;
- Potencializar a formação profissional e produção de pesquisas e inovação tecnológica em serviço para qualificar os processos de trabalho.
- Certificar ações educativas sob sua execução e/ou parcerias.

Compete a ESPRN:

- Estabelecer as prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação permanente dos trabalhadores e profissionais do SUS no RN.
- Definir e implementar diretrizes para a educação em saúde, identificando necessidades de qualificação/habilitação considerando a organização e a dinâmica dos serviços, bem como as novas tecnologias e as demandas do mundo do trabalho em saúde

- Organizar currículos com base em competências que respondam às exigências do mundo do trabalho em saúde e permitam ao aluno, construir diferentes itinerários em sua formação e possibilitem o aproveitamento de estudos e experiências;
- Ofertar capacitação, formação, aperfeiçoamento, atualização e especialização aos profissionais e servidores públicos que atuam no âmbito do SUS RN, nos níveis básico, médio e superior, objetivando a melhoria de seus desempenhos no exercício das atividades na área de saúde;
- Oferecer educação profissional em saúde, através da formação inicial e continuada (qualificação, habilitação e especialização técnica e nível superior), observando os conhecimentos técnico-científicos e os princípios de laboralidade, autonomia, flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- Promover cursos em nível de pós-graduação Lato Sensu nas modalidades presenciais, semipresenciais ou à distância, inclusive através de convênio a ser celebrado com instituições de ensino superior.
- Formar e qualificar os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e os membros do Conselho Estadual de Saúde e dos Conselhos Municipais de Saúde no RN;
- Capacitar, formar e especializar gestores para o SUS, no âmbito do Estado do RN.
- Pesquisar, desenvolver e disponibilizar tecnologias educacionais adequadas às demandas do mundo do trabalho em saúde;
- Promover, realizar e participar de estudos e pesquisas que subsidiem o planejamento das ações de educação na saúde; e desenvolver atividades de extensão;
- Estabelecer parcerias para viabilizar o cumprimento de sua missão;

- Desenvolver estratégias de auto-sustentabilidade que garantam o desenvolvimento das ações programadas pela Escola;
- Certificar o desenvolvimento de competências que compõem o perfil de qualificação/habilitação profissional;
- Atuar integrado com diversas instituições públicas de saúde, colaborando, quando solicitado, ou por sua própria iniciativa, com estudos e sugestões no interesse de melhorar a qualidade dos serviços de saúde, mediante a qualificação de pessoal;
- Promover cursos de capacitação ou atualização para docentes e equipe técnica, pedagógica e administrativa da ESPRN.
- Expedir Certificados de Qualificação Técnica, especialização técnica de nível médio, de pós-graduação, de cursos de formação inicial e continuada e Diplomas de Habilitação Técnica, sendo que a diplomação está condicionada a conclusão do Ensino Médio;
- Promover e organizar conferências, simpósios, seminários, palestras e outros eventos semelhantes relacionados à área de saúde pública;
- Ofertar, acompanhar e apoiar os programas e as comissões de residência médica uniprofissional e multiprofissional na área de saúde vinculada a Secretaria de Estado da Saúde;
- Celebrar intercâmbio de informações e conhecimento com órgãos ou entidades congêneres do país e do exterior;

## **5 MARCO POLÍTICO**

O presente documento traz unidade em relação à intencionalidade educativa da escola, pois fortalece sua identidade, esclarece sua organização, define objetivos para a aprendizagem e, principalmente, define como a escola irá trabalhar para atingi-los com base na legislação vigente.

O marco político da escola deve traduzir a expressão de uma visão de mundo, de sociedade, de educação, de profissional, e de aluno que se deseja. Além disso, deve demonstrar seus pensamentos e ações para fortalecimento de sua funcionalidade.

Devido a isso, devemos compreender em que mundo está inserido, como ele é orientado e regido através da legislação. Além disso, conseguir identificar as reais necessidades da população em que a escola está imersa, através da compreensão do perfil epidemiológico do estado do Rio Grande do Norte (RN).

Para compreender melhor em que contexto a ESPRN está inserida devemos destacar que a mesma é parte integrante da Secretaria de Estado de Saúde Pública do RN (SESAP/RN) e atua em consonância com os objetivos, diretrizes e metas estratégicas constantes na Política Estadual de Saúde. Sendo assim, a produção de suas ações de ensino, pesquisa e extensão deve estar alinhadas com a gestão do SUS RN.

A existência da ESPRN no nosso estado pode se tornar uma excelente oportunidade para a reflexão sobre estratégias de reorientação das práticas de saúde no SUS/RN, tendo em vista o fortalecimento das ações de promoção e vigilância da saúde, a reorganização da assistência com base na integração e na humanização das práticas dos distintos profissionais que compõem a equipe de saúde, além da melhoria da qualidade da gestão do sistema em todos os níveis de assistência e atenção.

O RN assim como o restante do país, apresenta um complexo quadro epidemiológico, tendo como principal causa de morte da população as doenças cardiovasculares, seguida das neoplasias, doenças endócrinas e das causas externas (incluindo violência no trânsito e interpessoal). No entanto, ainda, persistem doenças infecciosas, como a dengue, zika, chikungunya, hanseníase, AIDS e tuberculose, e mais recentemente na agenda sanitária a covid -19.

Desse modo, a passagem de um modelo fragmentado para um integrado tem como chave a constituição de redes, a partir do fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), que seja eficaz, com prioridade para a promoção e a

prevenção, e assim, fazendo o enfrentamento ao perfil epidemiológico citado no parágrafo anterior. Do prisma operacional, o maior desafio para o fortalecimento da rede de atenção é a adoção de uma política educacional capaz de responder às demandas e necessidades da sociedade.

Pautando suas ações na discussão política de organização da rede e em consonância com a regionalização - que se constitui como um espaço permanente de pactuação e cogestão para definição de estratégias para efetivação de uma rede regionalizada e hierarquizada para a atenção e o cuidado à saúde da população - a escola atua no planejamento, coordenação e execução das atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e a extensão no desenvolvimento institucional de recursos humanos no âmbito do SUS/RN.

A ESPRN tem sua atuação pautada por outras articulações interinstitucionais. Nesse sentido, tem participado ativamente na Rede de Escolas Técnicas do SUS e com o avanço do escopo de ações dessa escola a partir da criação de uma Escola de Saúde Pública, pretende-se a inserção da mesma em outras redes de grande relevância em seu âmbito de ação, como a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (REDESCOLA) e a Rede Nacional de Escolas de Governo.

## 5.1 AS POLÍTICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

A Escola de Saúde Pública do SUS-RN deve ser orientada e regida de forma intersetorial, considerando e articulando os marcos políticos tanto da saúde - pelo SUS, quanto do setor da educação.

O primeiro marco político do setor saúde é a Constituição Federal de 1988 (CF), que em seu artigo 200, inciso III, atribui ao SUS a competência de ordenar a formação da área da saúde (BRASIL, 1988).

Com isso, a Lei Orgânica da Saúde - Lei 8.080 de 19 de Setembro de 1990 complementa esse artigo da CF de 1988, fazendo com que essa ordenação dos recursos humanos na área da saúde seja um campo de atuação do SUS, estabelecendo como atribuição do estado a participação na

formulação e na execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde. Além disso, coloca como competência da direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS):

Promover articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde. (BRASIL, 1990, p. 6).

Considerando essas referências históricas, as questões de educação passam a fazer parte das atribuições do sistema de saúde, e ao longo do tempo tem se desenvolvido estratégias e políticas voltadas a adequação da formação e qualificação dos trabalhadores de saúde às necessidades de saúde da população e ao desenvolvimento do SUS (BRASIL, 2009).

Com isso, surge a Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Essa política surge como um instrumento orientador do trabalho nas esferas de gestão no que se refere à educação na saúde, respeitando a autonomia e as capacidades de todos os entes federados. Sendo assim, é considerado o marco da área da saúde mais importante para o desenvolvimento das ações desta escola.

Em consonância com os princípios, as orientações metodológicas e as diretrizes da Educação Permanente em Saúde - EPS, essa política se configura como uma proposta de aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações. A EPS se baseia na aprendizagem significativa e na perspectiva de transformar as práticas profissionais.

A Educação Permanente é o conceito pedagógico, no setor da saúde, para efetuar relações orgânicas entre ensino, ações e serviços e, entre docência e atenção à saúde, sendo ampliado, na Reforma Sanitária Brasileira, para as relações entre formação e gestão setorial, desenvolvimento institucional e controle social em saúde.



Considerando a responsabilidade no fortalecimento da descentralização e da gestão setorial, do desenvolvimento de estratégias e processos para alcançar a integralidade da atenção à saúde individual e coletiva, do incremento da participação da sociedade nas decisões políticas do SUS e na necessidade de desenvolver ações para a formação e a Educação Permanente de profissionais e trabalhadores em saúde necessários ao SUS, contando com a colaboração das Comissões de Integração Ensino-Serviço - CIES é instituído o Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) pela Portaria Interministerial N° 1.127, de 04 de agosto de 2015, que institui as diretrizes para a celebração, para o fortalecimento da integração entre ensino, serviço e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2015).

Além disso, é instituída a Portaria N° 3.194, de 28 de novembro de 2017 que dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde - PRO EPS-SUS, definindo as responsabilidades de todas as esferas de gestão, e se propõe a estimular, acompanhar e fortalecer a qualificação profissional dos trabalhadores da área da saúde para a transformação das práticas de saúde em direção ao atendimento dos princípios fundamentais do SUS, a partir da realidade local e da análise coletiva dos processos de trabalho.

Outro fator político importante que direciona as ações de Educação Permanente na política de saúde são os instrumentos de gestão do SUS, como o Plano Plurianual de Saúde, Plano Estadual de Saúde, Programação Anual de Saúde. Nesses instrumentos deverão constar os cursos de formação, as ações de EPS, acima de tudo, o que se pretende construir na educação permanente para melhoria do SUS RN e em consonância com o que a gestão governamental se propõe para o estado.

No que concerne ao campo da educação, as ações da escola deverão ser baseadas na Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

É através dos princípios democráticos apontados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 que podemos encontrar o aporte

legal da escola na elaboração da sua proposta pedagógica. De acordo com os artigos 12, 13 e 14 da LDB, a escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, porém, deve contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração.

Apesar das escolas se basearem em normas gerais da educação, elas se diferenciam entre si, pois cada instituição tem suas necessidades e princípios específicos. Outro ponto que as diferem é a região geográfica da federação em que cada escola se situa, bem como os desejos de cada membro envolvido na construção do projeto educativo.

Esse rumo, traçado no projeto, articula-se com outros documentos existentes na esfera da União, do estado e do município. Para que a escola possa honrar o compromisso com uma Educação de qualidade a todos e a cada um, faz-se necessário conhecê-los.

Na esfera da União, por meio do Ministério da Educação (MEC), há o Plano Nacional da Educação (PNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Superior (DCN) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os três visam contribuir para a construção de uma Educação de qualidade, considerando as características e peculiaridades de cada um. Todos estão orientados para que a escola possa cumprir sua missão educativa de garantir as aprendizagens fundamentais à formação dos seus alunos.

O PNE, definido pela Lei nº 10.172/2001, estabelece as prioridades e estratégias para a Educação nacional para um período de dez anos. É um plano de Estado, porque vai além do tempo de uma gestão e norteia a elaboração dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e dos Planos Municipais de Educação (PME), buscando articulação e coerência entre os três entes federados.

O PPP dessa escola tem em mente concretizar as metas e estratégias do Plano de Educação do estado e do país. Ele é o instrumento que pode projetar em curto prazo, e no cotidiano escolar, ações para atingir as metas desses planos.

A BNCC define quais habilidades precisam ser aprendidas e o que é desejado que os estudantes soubessem em nível nacional, segundo o estabelecido na LDB de 1996. Para a LDB, em todas as escolas deve ser garantida a igualdade de acesso dos alunos a uma base comum, de forma a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade do país. Define, assim, o conjunto e os conteúdos básicos das áreas de conhecimento articulados com os aspectos da vida cidadã. De acordo com essa lei, também é preciso considerar uma dimensão diversificada envolvendo os conteúdos complementares, escolhidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas de acordo com as características regionais, culturais, sociais e econômicas, contextualizando-as em cada ambiente escolar.

O conjunto de atitudes a serem tomadas e atividades a serem desenvolvidas e balizadas pela vontade e compromisso de toda a comunidade escolar, contribuirão para a concretização do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP, proporcionando a qualidade do ensino e o compromisso social, o que possibilita a ESPRN atender e acompanhar as demandas sociais de forma efetiva e planejada, na formação dos profissionais de saúde. A Escola vem procurando se adequar as orientações e redimensionamento da Educação Profissional considerando o embasamento legal das leis 9.394/96 e da 11.741/2008, pelo Decreto Federal nº 5.154/2004, alterado pelo de Decreto nº 8.268/2014, na resolução CNE/CEB nº 06/2012 e, por fim, sendo modalidade da educação básica será disciplinado pela resolução nº 01/2015 do CEE/CEB/RN.

Em relação a educação superior e ensino a distância o fundamento legal das orientações são estabelecidas pelas Diretrizes e Normas Nacionais através da Resolução nº 01/2016 do CNE/CES e do Decreto Federal nº 9.057/2017, e tem como diretriz desenvolver cursos e programas de habilitação, qualificação e educação continuada, incluídos os de capacitação, aperfeiçoamento, atualização e especialização, em todos os níveis de escolaridade atendendo às necessidades regionais e diretrizes da Secretaria de Saúde.

### **5.1.1 A política de educação permanente em saúde e o quadrilátero**

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde lança luz sobre os processos de formação e qualificação dos profissionais de saúde do SUS, com ênfase na produção de conhecimento, visando à reflexão e transformação das práticas de atenção e de gestão no campo da saúde pública do país.

A partir da segunda metade dos anos 2000, passa-se a reconhecer no campo da saúde que educação e trabalho são dimensões indissociáveis e fundamentais para qualificar as ações e processos de trabalho.

É em meio a diferentes movimentos de gestão e de atenção que a Educação Permanente em Saúde no RN (EPS) se situa. Instituída como uma política de Estado articulada ao SUS, a EPS traz consigo um grande potencial estratégico para promover transformações nas práticas e na formação em saúde, ao possibilitar a incorporação de um conjunto de atores chave – profissionais, usuários, instâncias de controle social, representantes de instituições formadoras e gestores da saúde – no processo decisório em torno das ações de EPS e, ao mesmo tempo, propor uma nova abordagem político-pedagógica para a questão da formação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde.

Há um esforço significativo por parte de gestores, trabalhadores, representantes das instituições formadoras e do controle social para que a EPS caminhe na direção do fortalecimento do SUS como direito de cidadania.

O conceito de quadrilátero da formação: ensino - gestão - atenção - controle social carrega consigo a questão da qualidade da formação como resultado da apreciação de critérios de relevância para o desenvolvimento técnico profissional, o ordenamento da rede de atenção e a alteridade com os usuários. Por que é tão importante essa noção quadrilátera para a política de formação? Cada face libera e controla fluxos específicos, dispõe de interlocutores específicos e configura espaços-tempos com diferentes motivações. Ainda, há um empenho relevante no sentido de promover o encontro dos diversos sujeitos envolvidos na atenção à saúde, com seus diversos saberes e experiências, em prol do reconhecimento e construção de respostas às necessidades e demandas da população.

A proposta de uma Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) tem como uma de suas principais estratégias fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante a formação de profissionais que problematizem sua atuação e valorizem as especificidades dos espaços nos quais atuam.

Nessa direção, a PNEPS pretende promover transformações nas práticas do trabalho, com base em reflexões críticas, propondo o encontro entre o mundo da formação e o mundo do trabalho, através da interseção entre o aprender e o ensinar na realidade dos serviços. Constitui-se assim estratégia que objetiva estimular, permitir e instituir relações orgânicas e permanentes entre as estruturas de gestão da saúde, as instituições de ensino, os órgãos de controle social em saúde e as ações e os serviços de atenção à saúde, objetivando a constituição de sistemas em rede que promovam o acolhimento e a responsabilização pelos problemas de saúde das pessoas e das populações, para tanto, propõe ruptura com ações de base verticalizada.

A Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço Estadual (CIES-RN) é uma instância intersetorial e interinstitucional permanente que assessora a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) na formulação, condução e desenvolvimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

No Rio Grande do Norte, as reuniões dessa Comissão ocorrem mensalmente, permitindo o compartilhamento das necessidades identificadas nos serviços e o planejamento de ações educativas regionais e estaduais, visando à melhoria na gestão e da assistência à saúde da população.

Sua coordenação é de responsabilidade da Coordenação de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da SESAP (CGTES), que dinamiza a articulação com os representantes da Secretaria de Estado de Saúde, ESPRN, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS-RN), Conselho Estadual de Saúde (CES-RN), Instituições de Ensino públicas e privadas que ofertam cursos na área da saúde, Escola de Governo e entidades representativas de trabalhadores do SUS.

A participação da escola como membro integrante na CIES, garante que haja uma articulação e proposição de:

Prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS), na esfera correspondente, assim como em relação à pesquisa e à cooperação técnica entre essas instituições. (BRASIL, 1990, p. 4).

Cabe destacar, que as Instituições de Ensino desempenham papel fundamental no debate dos processos de formação e qualificação dos profissionais. A integração entre as instâncias representativas dos serviços de saúde e as instituições de ensino de nível médio e superior fortalece a perspectiva ensino-serviço que embasa a PNEPS.

Por isso, no desenvolvimento desse documento, procuramos incluir todas as representações dos segmentos que dão movimento ao fazer da escola, docentes, discentes, gestores e o controle social, para que nossas práticas sejam orientadas pelas reais necessidades do SUS RN, com eficiência, qualidade e transparência em consonância com nossos princípios.

## 5.2 A GESTÃO PARTICIPATIVA COMO MODELO DE GESTÃO

A Constituição Federal de 1988, no artigo 206, e a LDB nº 9.394/1996, no artigo 14, estabelecem os princípios da gestão democrática na Educação pública e a participação de seus profissionais e da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

A gestão democrática favorece o exercício da cidadania, e a escola o possibilita ao abrir espaços de participação e diálogo. A LDB normatiza o PPP como uma ação coletiva para a conquista da Educação de qualidade. Ela concretiza as normas que regulamentam os meios necessários para a garantia ao direito de aprendizagem de todos e cada um dos alunos, como o cumprimento dos dias letivos e das horas-aula, a recuperação para aqueles de menor rendimento e a participação nos horários de planejamento para desenvolver planos de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola.

Além das articulações externas, as relações internas devem ser baseadas nos princípios da democracia. Assim sendo, o modelo de gestão adotado na ESPRN será da gestão participativa, ou seja, centrado no trabalho em equipe, na construção coletiva e no estabelecimento de pactos de coresponsabilidade entre gestores e comunidade escolar.

Para promover a gestão participativa faz-se necessário organizar espaços que favoreçam a participação efetiva dos atores envolvidos, valorizando os vários saberes e constituindo um ambiente promotor de diálogo permanente com a finalidade de discutir os problemas, analisar o contexto no qual estamos inseridos e propor soluções.

Assim sendo, a ESPRN conta com os seguintes arranjos/dispositivos institucionais: Colegiados de Gestão Geral e Setoriais; Conselho Escolar; Conselho de Classe; Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Grupos de Trabalho (GT).

## **6 MARCO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO**

Uma gestão pública moderna é aquela voltada para a definição de estratégias baseadas num planejamento a curto, médio e longo prazo. A maior parte do orçamento da SESAP se destina as ações voltadas para a manutenção dos serviços da rede estadual. Nesse sentido, é oportuno destacar que a maioria dos recursos provenientes do governo federal são oriundos do bloco de financiamento de média e alta complexidade (MAC), os quais são destinados ao custeio das Unidades de Saúde e as Unidades de Referência.

No tocante ao planejamento orçamentário e financeiro para as ações de implementação e execução da ESPRN foram mapeadas os instrumentos de gestão: Plano Estadual de Saúde (PES), Programação Anual de Saúde (PAS) e o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS) que deverão estar voltadas para a qualificação da Atenção Básica, Atenção de Média e Alta Complexidade, Promoção e Vigilância em saúde, Gestão do SUS e Controle Social do SUS/RN.

Para execução das ações educativas, todas as fontes de recursos destinadas para esse fim serão unificadas de acordo com diretrizes definidas pela SESAP, podendo ser adotadas captação de recursos financeiros, convênios, acordos, ajustes, Termos de Cooperação Técnica, contratos e outros instrumentos congêneres, com entidades públicas e privadas. O gerenciamento dos recursos financeiros será realizado através do planejamento, elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das aplicações dos recursos pela SESAP.

A ESPRN buscará junto aos organismos nacionais e internacionais, preferencialmente, junto ao Ministério da Saúde, formas de financiamento para os processos de educação profissional de nível técnico, aperfeiçoamento, educação permanente, residência em área uniprofissional e multiprofissional e especialização.

Além dos recursos elencados está previsto como fonte de recursos para execução das ações da ESPRN os recursos do Tesouro Estadual, Fundo Estadual de Saúde, Fundos Municipais de Saúde, fontes federais (recursos de EPS e das áreas técnicas), recursos de emenda parlamentar, recursos do Ministério Público e Judiciário, Fundo de Incentivo Técnico Científico (FITEC), taxas e emolumentos, Editais de fomento, entre outros.

Como a atuação desta escola ocorre de forma descentralizada nas oito (08) Regiões de Saúde, abrangendo os 167 municípios e articulada com a rede de educação permanente do estado são importantes que sejam captadas as informações permanentes de acordo com as realidades desses territórios sobre as tendências do mercado na área da saúde do RN, sobre as necessidades de qualificação e profissionalização dos trabalhadores, e sobre campos para a realização de práticas profissionais para docentes e alunos.

A integração ESPRN/sociedade alicerça-se no princípio da ação interativa, a partir do qual os atores do processo de educação são, antes de tudo, parceiros de um ideal e responsável pelos resultados da gestão escolar, do trabalho pedagógico e das relações com o Sistema Único de Saúde - SUS, empresas e comunidade.



Calcado nesse princípio, a ESPRN deve criar estratégias permanentes para fortalecer a articulação do SUS com os serviços de saúde da rede privada e, ainda, com setores comunitários da sociedade.

Outro fator importante para ser destacado são os convênios e contrapartidas já firmados pela SESAP que servirão como referência para o estabelecimento de parcerias junto às Instituições de Ensino Superior e Técnico, seja para a utilização da infraestrutura como para atendimento de outras demandas de ofertas educacionais em todo o estado de forma descentralizada e regionalizada.

## **7 MARCO PEDAGÓGICO**

Em consonância com a legislação educacional vigente, com a sua missão, seus objetivos e apoiada em bases referenciais já mencionadas, a Escola oferece formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, especialização técnica do Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, pós graduação lato sensu e atividades de pesquisa e extensão. Esses cursos poderão ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e/ou Educação à Distância, de acordo com a demanda.

Em relação à política de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser política e ética, buscando o desenvolvimento de competências para a laboralidade.

A ESPRN desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão, objetivando, através do desenho dos currículos, desenvolver, nos participantes dos cursos, competências de que o SUS necessita, numa abordagem interdisciplinar e efetiva articulação entre a teoria e a prática.

É na possibilidade do cotidiano dos serviços que o trabalhador encontra espaço de exercitar sua teoria, através de uma prática reflexiva.

Esta relação – problematização e cotidiano do trabalho – nos demonstra a aproximação com o pensamento escolanovista, em que o sentido da teoria é justificar a prática.

Entretanto, um dos desafios da formação é exatamente superar a dicotomia existente entre teoria e prática. Assim, a partir da estratégia de EP, almeja-se alcançar uma formação profissional capaz de desenvolver uma análise crítica, criativa e reflexiva tomando o trabalho como princípio educativo. Traduz-se, aqui, uma íntima relação entre trabalho e práxis, categorias estas que se completam na dinâmica social.

O setor saúde, dada sua dinamicidade e complexidade, imprime adequações constantes da estrutura de atenção a novas demandas sociais, demográficas, políticas, culturais, epidemiológicas e tecnológicas, sem perder de vista a defesa de um sistema de saúde democrático, gratuito e sustentável. Nessa perspectiva as inovações em saúde são indispensáveis e evidenciam a importância de aprender como são estabelecidos os processos relacionados às mudanças operadas no setor.

É importante continuar enfrentando o desafio constante da qualificação e atualização dos profissionais, gestores e controle social, visando minimizar e superar as dificuldades nos processos de trabalho e conseqüentemente melhorar a efetividade do cuidado integral à saúde da população norte-riograndense.

## 7.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM SOCIEDADE-TRABALHO E CURRÍCULO

Contribuir para a construção de uma sociedade democrática, participativa, justa, solidária, humana e fraterna é uma grande preocupação da ESPRN, que pretende ser reconhecido como uma escola inclusiva e competente na oferta de educação profissional para o trabalho em saúde.

O trabalho pedagógico da escola tem como eixos: a cidadania, compreendida como produto da práxis social, e o respeito às experiências e saberes dos alunos, sujeitos do processo, abertos a novos conhecimentos e experiências (re) construídos constantemente a partir da reflexão e teorização de suas vivências profissionais e sociais. Eleger a cidadania, como eixo da prática pedagógica, significa possibilitar a participação, o acesso à informação, à ciência e aos seus frutos. O exercício da cidadania exige acesso de todos à globalidade dos recursos culturais, relevantes para a intervenção e para a participação responsável na vida social. Afirma Martins que,

[...] A participação dos diferentes com igualdade nos debates possibilita-lhes resolver a contento os problemas se, e somente se, tiverem posse do conhecimento das regras desse jogo vivo, conhecimento não só da forma do jogo (a conformação social da vida coletiva), mas de seus conteúdos (os problemas enfrentados pela coletividade e as soluções já propostas ou em proposição). Não é possível participar nos debates das definições coletivas com igualdade se não se conhecer efetivamente a comunidade vivenciada, o mundo ao seu redor e os seus mecanismos de funcionamento [...]. (MARTINS, 2000, p. 44).

Hoje, mais do que nunca, a escola tem a necessidade de se assumir como espaço social da construção dos significados éticos, estéticos e culturais necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.

O nosso currículo é organizado por competências. E organizá-lo assim, significa preparar os alunos para um saber-fazer reflexivo, crítico, no contexto do seu grupo social e respeitando os seus saberes. Neste sentido, as atividades pedagógicas são desenvolvidas a partir de situações que possibilitem ao aluno, o acesso a diferentes conhecimentos e práticas requeridas pelas atividades produtivas, a interpretação crítica da realidade político-econômica e das relações de trabalho e, a participação ativa na vida social. A flexibilidade será refletida na construção dos currículos em diferentes perspectivas, de forma a atender igualmente à natureza do curso e à individualidade dos alunos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional afirmam que a flexibilidade da organização curricular irá permitir que os alunos construam itinerários próprios, segundo os seus interesses e possibilidades,

não só pelas fases circunscritas de sua profissionalização, mas também para que se insiram em processos de educação continuada, de permeio ou de alternância com fases de exercício profissional (Ministério da Educação, 2000). A busca de formas integradoras de estudo de diferentes áreas de conhecimento, orientadas para o desenvolvimento das competências objetos do curso, caracteriza o princípio da interdisciplinaridade.

As formas de oportunidades de formação e qualificação oferecidas pela Escola têm como foco, o conceito de competência, entendida como a de conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (saber ser) que permitem a pessoa agir diante das ações da realidade e estão colocadas no binômio: competência profissional X cidadania.

A competência, conforme Marise Ramos,

[...] associa-se à conjugação de diversos saberes mobilizados pelo indivíduo (saber, saber – fazer e saber – ser) na realização de uma atividade. Ela faz apelo não somente aos seus conhecimentos formais, mas a toda gama de aprendizagens interiorizadas nas experiências vividas, que constituiriam sua própria subjetividade [...]. (RAMOS, 2001).

Perrenoud caracteriza a competência como sendo “[...] uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. Para o referido autor, competente “[...] é aquele que julga, avalia e pondera; acha a solução e decide, depois de examinar e discutir determinada situação, de forma conveniente e adequada” (PERRENOUD, 1999).

Toda Escola ampara suas práticas nas concepções e visões que tem do mundo. A escolha da forma como conduzirá suas práticas docentes diz muito de como a Escola enxerga o seu papel e o da Sociedade. Para tanto, escolhe seguir a tendência pedagógica que melhor traduz esses pensamentos.

Assim sendo, a ESPRN fundamentada em sua trajetória histórica, assume como referência as tendências progressistas para subsidiar a sua prática pedagógica. Essas tendências levam em consideração toda a “bagagem” de mundo e toda a experiência do nosso aluno trabalhador do SUS. Parte das análises críticas das realidades, pensando muito mais nas questões

sociopolíticas e, não coaduna com as bases de sustentação capitalistas. Os conteúdos além de ensinados, devem se ligar ao seu significado humano e social. Para isso, usa de metodologia onde há uma relação direta dos conteúdos trabalhados com as experiências dos alunos. Há uma busca por uma aprendizagem significativa (Tendência crítico-social).

De acordo com Libâneo a tendência crítico-social dos conteúdos:

Entende a escola como mediação entre o individual e o social, exercendo aí a articulação entre a transmissão dos conteúdos e a assimilação ativa por parte de um aluno concreto (inserido num contexto de relações sociais); dessa articulação resulta o saber criticamente re-elaborado. (LIBÂNEO, 1989).

Essa construção coletiva do conhecimento é realizada através de uma mediação reflexiva do docente, que está ali para mediar, facilitar esse processo de aprendizagem, Para Paulo Freire, o aluno tem que ter a sua timidez e sua curiosidade respeitadas. Não devendo fazer uso de práticas que possam inibi-los ainda mais e assim, dificultar o seu processo de aprendizagem. Além disso, é importante ressaltar que:

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao for-mar e quem é formado forma -se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem forrar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (PAULO FREIRE, 1996).

O docente orienta e ajuda ao discente a “aprender a aprender”. Ou seja, o docente proporciona o desenvolvimento das estratégias de metacognição. Boruchovietch afirma que,

[...] Metacognição envolve a orientação e a orquestração de várias atividades cognitivas necessárias para que a aprendizagem seja bem sucedida – Implica que o indivíduo seja capaz de conhecer e auto-regular o seu próprio funcionamento cognitivo com a finalidade de solucionar problemas. Em síntese, metacognição refere-se ao conhecimento sobre os nossos próprios processos de conhecer, num planejamento, predição e monitoramento do próprio processo de

aprender. Metacognição, então, requer que o aluno seja capaz de pensar sobre o seu próprio processo de aprender [...]. (BORUCHOVIETCH, 1993)

Respeitando sempre os conhecimentos e experiências dos participantes e orientando-os através da pedagogia fundamentada numa concepção crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho. O processo de aquisição de conhecimento é compreendido como decorrência das trocas que as pessoas estabelecem na interação com o meio natural, social e cultural.

O diálogo com o aluno e o respeito aos seus saberes prévios, a formação de um pensamento crítico-reflexivo e a mediação reflexiva e dialógica, além do reconhecimento da importância do papel do Professor em “contribuir positivamente para que o educando vá sendo o artífice de sua formação com a ajuda necessária do educador” são de suma importância e estão presentes em todo o fazer da ESPSUS RN.

## 7.2 CURSOS TÉCNICOS

O nível técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional, está estruturado por eixos tecnológicos nos termos do Decreto nº 5.154/04, do Parecer nº 11/2008 e Resolução nº03/08 do Conselho Nacional de Educação. É, portanto, uma modalidade de educação formal com organização curricular própria.

Os cursos estão estruturados em módulos de ensino, que representam unidades pedagógicas autônomas e completas, possibilitando, algumas vezes, qualificação intermediária, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos. São organizados a partir de competências e conhecimentos que definem um perfil profissional, que atenda as expectativas e necessidades do mundo do trabalho no setor saúde.

Os cursos de educação profissional técnico de nível médio serão oferecidos aos alunos que estejam frequentando ou que tenham concluído o Ensino Médio.

### 7.3 CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

A oferta de formação inicial e continuada: capacitação, aperfeiçoamento, especialização e a atualização, além de cursos de qualificação e habilitação, são ofertadas de acordo com a demanda do mercado de trabalho em saúde, em função da introdução de novas tecnologias e novas formas organizacionais que geram o desaparecimento, a reformulação e a criação de ocupações no mundo produtivo.

Conforme o Art. 3º do Decreto Nº 5.154 de 23/07/2004 os programas de formação inicial e continuada: capacitação, aperfeiçoamento, especialização e a atualização, poderão ser ofertadas segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

### 7.4 CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA

A especialização técnica de Nível Médio parte do processo de educação continuada, complementa a habilitação profissional e será oferecida conforme as demandas daqueles que tenham sido comprovadamente habilitados nos cursos Técnicos constantes no Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

### 7.5 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

De acordo com o Ministério da Educação, no § 1º do Art 1º da Resolução 1/2018, os cursos de pós-graduação de especialização lato sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação, que atendam às exigências das instituições ofertantes.

São cursos com carga horária mínima de 360 horas, centrados no ganho de prática e no estudo de técnicas que ajudarão o profissional no cotidiano de trabalho. Dessa forma, o aluno busca desenvolver suas experiências e

conhecimentos a fim de melhorar o processo de trabalho em que está inserido. A Especialização é um curso onde o aluno aprimora seus conhecimentos, onde se busca possibilitar que o profissional alcance competências e habilidades a partir de interpretações, execuções de problemas e soluções relacionadas ao conteúdo estudado.

É pré-requisito para ingresso nos cursos de especialização lato sensu o certificado de conclusão de curso de graduação, histórico escolar e inscrição nos respectivos Conselhos Regionais.

## 7.6 PESQUISA

A ESPRN através do Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão, tem por objetivo fortalecer e promover atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da educação em saúde e disponibilizar dados e informações em publicações impressas e eletrônicas para alunos (as), docentes, pesquisadores (as) e gestores (as) do Sistema Único de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte.

Assim sendo, este núcleo se constitui como um espaço de fomento de pesquisas que buscam propostas de investigação conjunta, de acordo com as demandas do SUSRN e articuladas junto às instituições de ensino e pesquisa.

Além disso, poderá promover intercâmbio e fomentar cooperação técnica e convênios com instituições estaduais, nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento de ações de pesquisa e educação permanente em saúde, buscando ampliar a cobertura e qualificar os programas educacionais.

### **7.6.1. Linhas de estudos e pesquisas:**

As linhas de estudos e pesquisas serão trabalhadas de acordo com dois grandes temas definidos de forma a dar maior compreensão e amplitude:

- Educação profissional em saúde:
  - a) Estudos sobre desenvolvimento e avaliação de tecnologias e metodologias educacionais inovadoras para a formação profissional em



- saúde, adequadas às necessidades sociais e técnicas dos (as) trabalhadores (as) do SUS;
- b) Estudos diagnósticos do perfil dos (as) trabalhadores (as), gestores (as), gerentes e avaliação dos critérios que embasam a escolha destes (as) no SUS;
  - c) Estudos sobre a prática profissional dos (as) trabalhadores (as) da saúde e seu envolvimento no mundo do trabalho;
  - d) Estudos sobre demandas de habilitação e especialização dos (as) trabalhadores (as) de nível médio do SUS, com vistas a atender ao mundo do trabalho em saúde;
  - e) Estudos sobre a formação dos (as) trabalhadores (as) da saúde a partir de estratégias pedagógicas que levem em conta as contradições encontradas no processo de trabalho e nos processos socioculturais da formação humana no trabalho.
- Atenção à saúde da população:
    - a) Estudos das políticas, programas e serviços de saúde nas redes de atenção do SUS e sua relação com práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde;
    - b) Estudos epidemiológicos de morbimortalidade da população com enfoque de gênero e sua aplicabilidade prática no SUS;
    - c) Estudos das redes de atenção à saúde e da estruturação das linhas de cuidado no SUS.

## 7.7 EXTENSÃO

No que concerne às atividades relacionadas à Extensão, a resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 estabelece conceitos, diretrizes e princípios para a Extensão na Educação Superior, a fim de proporcionar e qualificar uma aprendizagem ativa e cidadã aos estudantes, assim como uma interação dialógica efetiva com os demais setores da sociedade, proporcionando a construção de saberes e práticas transformadoras.

Desse modo a Extensão passa a ser definida como uma atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A partir dessa concepção podemos vislumbrar a extensão no cotidiano das práticas do processo ensino aprendizagem da ESPRN, assim como um braço forte no contexto da interação ensino serviço e da ampliação do próprio espaço da escola à serviço da comunidade. Portanto, a ESPRN estende suas ações e/ou intervenções que envolvem diretamente as comunidades externas a escola e que estão vinculadas à formação do estudante, desse modo difundindo as conquistas e os benefícios gerados para a sociedade. Com foco na atuação direta para com a comunidade externa, as atividades de Extensão são desenvolvidas nas modalidades de programa, projeto, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços. Além da elaboração e difusão de publicações acadêmicas, que possibilitem o desenvolvimento de ações de alcance social e que atendam às demandas em saúde da população do RN.

Destarte, a ESPRN participa da elaboração e desenvolvimento de programas/estratégias de extensão através de parcerias com instituições de ensino da área da saúde, da educação e das articulações interinstitucionais e intersetoriais de modo a contribuir para a melhoria das condições de saúde da população.

## 7.8 ESTÁGIO CURRICULAR

Para os cursos técnicos o estágio curricular obrigatório terá a duração mínima de 20% (vinte por cento) da carga horária teórico-prática de cada curso e está regulamentado pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

O estágio curricular obrigatório deve ser realizado em local que ofereça ao estudante experiências que contribuam para a sua formação profissional. O estudante pode iniciar o estágio após a conclusão do último módulo ou, quando for previsto no Projeto Pedagógico de Curso - PPC, de forma intercalada, entre os módulos, mediante o cumprimento dos trâmites legais (contato prévio com o campo de estágio, preenchimento de termo de compromisso, entrega de documentação exigida e plano de estágio). Todo o processo é realizado com apoio e orientação dos núcleos Técnico e Pedagógico da Escola.

Cabe ao coordenador do curso, com base no PPC, avaliar a adequação do plano de estágio às necessidades de formação do estudante. As atividades de orientação e supervisão do estágio são de responsabilidade dos professores das áreas técnicas da ESPRN.

A avaliação final do estágio se dará por meio de relatório final a ser entregue pelo estudante e formulário do supervisor do campo de estágio.

Atividades de extensão, monitoria e iniciação científica desenvolvidas pelos estudantes poderão ser equiparadas ao estágio obrigatório conforme o Art. 1º, §3 da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, desde que devidamente regulamentadas pela ESPRN, respeitando a legislação em vigor e autorizadas pela Coordenação do Curso.

## 7.9 A METODOLOGIA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O currículo, como expressão das intenções e representações da escola na produção de sua identidade cultural, será operacionalizado através de metodologias que visem a problematização “aprender a resolver e resolver para aprender” de forma a possibilitar aprendizagens significativas, que contribuam para o desenvolvimento de competências gerais e específicas, permitindo ao discente a inserção na realidade para transformá-la.

A prática profissional, como metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado, na perspectiva da ação-reflexão-ação,

respeitando as relações existentes entre educação, sociedade e trabalho, integrará e organizará o modelo pedagógico a ser desenvolvido.

Os conhecimentos serão organizados de modo que os alunos possam compreender o perfil sócio-sanitário, refletindo e intervindo, de forma que as ações de promoção, prevenção e cuidado concorram para transformações da realidade social.

Os encontros educativos deverão ser organizados de forma a possibilitar aos alunos trocas de experiências e saberes, estímulo à reflexão, à teorização e à sistematização dos conhecimentos trabalhados em sala de aula bem como, a autoavaliação do processo ensino-aprendizagem.

Os momentos vivenciais em serviço ou na comunidade deverão possibilitar a construção de estratégias de pesquisa, a análise das atividades realizadas a partir da compreensão de contextos, intenções e sentidos que os possibilitem articular os conhecimentos apreendidos com o processo de trabalho, de modo que o território seja compreendido enquanto espaço vivo.

Neste sentido, as ações pedagógicas precisam oportunizar entre docente e discente e entre este e seus pares uma relação de construções de saberes colaborativos, vivos, flexíveis, objetivos e eficazes para atender a finalidade desta formação.

O processo de ensino-aprendizagem precisa ser contextualizado, significativo e dialógico entre os sujeitos que participam, promovendo práticas educativas não alienantes, onde todos tenham consciência de seu papel.

A problematização, como estratégia didática, serve para desconstruir saberes enraizados dos sujeitos, quando põe em xeque situações relacionadas, problematizando e desafiando-os a encontrar novas formas de ver e entender o mundo. Assim, permitirá a abertura para busca e construção de novos saberes. Dito de outra forma, a problematização, como método de ensino, tem um poder de impulsionar a pesquisa nos processos formativos.

Nesse sentido, problematizar permite uma postura dialógica e construtiva, pois ora se dialoga com conhecimentos historicamente construídos

acumulados, ora com a realidade e com as experiências e saberes dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Daí que se faz necessário a utilização de métodos didáticos dialógicos, que o docente busque conhecer quem é seu educando, que realidade ele traz para sua prática, que conhecimentos e experiências podem compartilhar, o que esperam da prática formativa, assim, esse processo dinâmico será enriquecido com os diversos saberes entre os participantes, permitindo o autoconhecimento, se reconhecer diante do grupo e conhecer o que está em jogo, descobrir e superar as carências de aprendizagem.

O docente tem papel importante enquanto mediador do conhecimento, no sentido de promover capacidades de aprender a aprender, a ser, a conviver e a fazer, refletindo a realidade do conhecimento científico historicamente acumulado, bem como a realidade psicológica, social e cultural dos sujeitos envolvidos, e o processo de trabalho em saúde.

Na perspectiva da formação ativa do sujeito e transformadora da realidade, é importante destacar alguns fatores que podem promover esta intenção pedagógica, que são imprescindíveis na prática docente.

- **A importância do engajamento docente na missão e princípios formativos:**

Partindo da premissa freireana, que ensinar "não é transmitir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção", a escola adotará o método pedagógico ativo de formação corroborando com sua concepção de educação.

No método ativo, o discente também é protagonista da produção do conhecimento, diferente das práticas tradicionais, na qual esse sujeito participava de forma passiva.

Para construir a prática almejada, o docente mediador precisa ter muito claro a concepção educativa escolar deste projeto político pedagógico, sua missão, princípios e valores, bem como conhecer a realidade do público-alvo para formação.

Engajado nesta missão e ideal educativo, o docente precisará pensar sua prática, os caminhos possíveis que levarão a sua realização, decidindo que técnicas e procedimentos metodológicos serão adotados no processo de ensino e aprendizagem, sendo essas suas ferramentas de trabalho.

Consoante Araújo entende-se que toda técnica ou procedimentos de ensino são tecidos e envolvidos pelos ideais educativos. “Portanto, não é a técnica que define o ideal educativo, mas o contrário.” (ARAÚJO, 1991).

Assim, compreende-se que as capacitações pedagógicas precisam promover a sensibilização e conscientização docente para este engajamento pelo ideal educativo.

A exemplo disso, podemos citar as aulas expositivas dialogadas, que possibilitam para além da transmissão de conteúdo, um trabalho de diálogo entre os participantes, no intuito de promover novos saberes, compartilhamento de ideias e novas reflexões sobre o objeto de estudo.

A ESPRN recomenda atividades como: estudo dirigido, discussão e debate, estudo do meio, momentos vivenciais em serviço e na comunidade, seminário, estudo de casos, estudos de textos, práticas em laboratórios, visitas técnicas orientadas em setores laborais, projetos de solução de problemas, projeto de intervenção no serviço, pesquisas, análise de situações reais ou simuladas, oficinas de aprendizagem, dentre outras técnicas.

- **A importância da motivação no processo de ensino aprendizagem:**

Compreender o que motiva o comportamento humano é algo imprescindível na prática docente, uma vez que a motivação é uma força motriz que conduzirá os sujeitos às ações de aprendizagens, direcionando e intensificando os objetivos de um indivíduo.

A motivação é como um impulso ligado ao interesse (motivo) e as necessidades humanas, que seguem uma ordem hierárquica, como bem expressa a teoria de Maslow. Na base da pirâmide de sua teoria temos necessidades fisiológicas, acima destas estão as necessidades de segurança e mais acima estão as necessidades sociais. Depois as de estima e no topo as de autorrealização (Chiavenato, 2005, p. 249).

O estar motivado é indispensável para que o discente tenha razões para agir no sentido de apropriar-se do conhecimento. A motivação será aquilo que despertará nele o desejo de aprender algo novo, se constituindo numa estratégia didática potencializadora.

Trabalhar a motivação dos educandos trabalhadores do SUS é um desafio para o educador da área da saúde, pois vários são os fatores que podem contribuir para evasão, baixo aproveitamento e rendimento da aprendizagem.

Considerar os sujeitos na sua integralidade é um princípio formativo, torna a prática pedagógica mais humanizada e acolhedora, pois trabalhar no sentido do que move os indivíduos e sua coletividade fará encontrar caminhos, estratégias didáticas para transformar frustrações psicossociais e dificuldades de aprendizagens.

O docente, enquanto gestor deste processo precisa conhecer as dificuldades e necessidades individuais e coletivas de seus discentes, trazê-los para as intenções pedagógicas, no sentido dialógico, em relação ao contexto mais amplo de formação, levando-os a encontrar respostas para seu crescimento pessoal e profissional, elevando a autoestima e capacidades dos envolvidos.

Vale ressaltar que estas possibilidades de superação não devem ser dadas prontas ao discente, até porque não existem receitas prontas para cada problema e, embora se pense coletivamente as possíveis soluções, cada um pensará de forma diferente e encontrará suas próprias formas de superar as dificuldades e desafios. As trocas de experiências e saberes já se constituirão em ajudas mútuas, em caminhos que se abrem novos caminhos.

Considerando as situações vivenciadas pelos trabalhadores no seu dia a dia e em seu ambiente de trabalho, além das necessidades da formação, acredita-se que o processo de ensino aprendizagem será mais vivo e empolgante quando se atenta para estas motivações, possibilitando maior envolvimento dos sujeitos e resultados, no sentido de atender um propósito mais significativo para uma nova forma de pensar, agir e conviver.

A partir destas reflexões, podemos perceber o quão as emoções e sentimentos, intrinsecamente relacionados à razão, serão determinantes e condicionantes ao comportamento, são como uma força motivacional que conduz as ações humanas, podendo contribuir para o sucesso ou fracasso do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com o filósofo Boff (1999), tudo começa pelo sentimento, ao contrário do que diz a célebre frase do pensamento cartesiano, "penso, logo existo", devendo dizer "sinto, logo existo", pois o primeiro impulso da vida é o do coração e não da cabeça.

Faz-se necessário que a prática pedagógica se conecte às motivações humanas, nutrindo seu processo não só de cientificidade, mas também de afetividade como dimensões complementares e indissociáveis.

Trabalhar nesta perspectiva requer da docência uma capacidade de empatia, saber ouvir e o desafio de saber lidar com o processo inter-relacional como ferramenta pedagógica, aliada à promoção de uma prática dialógica e colaborativa da aprendizagem.

Esse sentimento de pertencimento e aceitação geram abertura, atitudes solidárias e comprometimento, o que favorece as interações necessárias para o trabalho pedagógico. Assim, as contradições e conflitos de interesses e ideias serão mais bem mediados.

- **A importância de compreender como se dá a aprendizagem e os processos mentais:**

Entender como os adultos aprendem é algo que permitirá o autoempoderamento do ser e de sua convivência, por isso, a prática pedagógica precisa refletir estes processos mentais e sistematizar atividades de ensino e aprendizagem para atingir esta finalidade.

Os indivíduos precisam ter uma boa habilidade de comunicação, socialização, empatia e convivência, capacidades de aplicar os estudos para vida, de empreender e gerar prosperidades, capacidades de autoconhecer e se autocuidar, lidar com grandes desafios, com a diversidade, aprender a aprender, aprender a fazer, lidar com novas tecnologias, lidar com equipes



multiprofissionais, ser capazes de resolver problemas, lidar com situações cotidianas, profissionais e pessoais, dentre outros.

Para que estas competências e habilidades possam ser desenvolvidas se faz necessário levar o sujeito a construir o conhecimento por meio da aprendizagem significativa e da metacognição. Os sujeitos precisam desenvolver uma consciência sobre o que aprendem, para que aprendem e como aprendem, identificando os processos mentais e emocionais que levam ao resultado.

Segundo estudos de Raths (1977) apud Oliveira (2012, p. 15), "a mente humana funciona como uma rede complexa, movida por uma multiplicidade de elementos emocionais e racionais (...)", "que se articulam entre si e formam os processos mentais para atingir a um determinado resultado". Nas teorias psicogenéticas de Mayer (1981) apud Oliveira (2012), "o ato de representar internamente o mundo diz respeito à estrutura cognitiva interna, com todos seus elementos biológicos e esquemas de conhecimentos já aprendidos pelo indivíduo (...)", através de ações e interações psicossociais, culturais e com seu ambiente. (OLIVEIRA, 2012).

Assim, a aprendizagem se dá por processo de assimilação e acomodação às estruturas mentais existentes, no âmbito intelectual e afetivo, para que o sujeito se adapte, alcançando uma equilíbrio satisfatória.

Para que a aprendizagem não seja assimilada de forma mecânica, por meios da memorização arbitrária e associação de conteúdos, processos de reprodução e imitação de modelos sociais, trabalhar na perspectiva da aprendizagem significativa é promover o diálogo com os saberes prévios dos sujeitos, possibilitando criar teias de sentidos e significados.

É levar os discentes a construir conhecimentos a partir de suas relações com o real e os diversos saberes, utilizando estratégias didáticas que os levem a criar seus próprios pensamentos, por meio de suas suposições e proposições, críticas, argumentações e pela participação em atividades que os levem a ponderar em diversas situações e contextos.

Desenvolver estas operações mentais superiores no processo de ensino aprendizagem possibilitará o protagonismo dos sujeitos, levando-os a aprender sobre os métodos pelos quais se aprende a aprender, o que contribuirá ao desenvolvimento de sua autonomia.

A intencionalidade pedagógica é propulsora e precisa valorizar o saber coletivo e individual. O poder didático de uma pergunta bem planejada que faça os sujeitos utilizarem operações mentais superiores e saberes prévios mobiliza a reflexão abrindo caminhos para construção de outros saberes.

## 7.10 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E SUAS DIMENSÕES NO ÂMBITO ESCOLAR

O planejamento consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definições de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação.

Planejar é o ato pelo qual decidimos o que construir; é o processo de abordagem racional e científica dos problemas da educação.

Segundo Gadotti, todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. (VEIGA, 2001).

Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

### 7.10.1 Formação para docência

Os docentes que atuam nos cursos da ESPRN são profissionais de Nível Superior com formação na área específica dos cursos e que atendem aos requisitos da legislação vigente.

A Escola disponibiliza um programa de capacitação pedagógica para todos os profissionais, que forem admitidos para o exercício da docência, independente da sua titulação acadêmica.

A programação da capacitação pedagógica para esses docentes será orientada pelos princípios e legislação da educação profissional e pelas bases referenciais do Projeto Político Pedagógico, do Regimento Escolar e dos Projetos Pedagógicos de Cursos, sendo oferecida pela própria Escola e/ou em parceria com outras instituições, na medida em que for necessário, quando da organização dos cursos a serem oferecidos.

### **7.10.2 O Planejamento**

*“O planejamento não diz respeito às decisões futuras, mas às implicações futuras nas decisões presentes”  
Peter Drucker*

A Escola compreende a Educação Profissional como um processo permanente de aquisição/(re)estruturação de conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos inerentes ao desenvolvimento de competências para o desempenho de uma determinada profissão.

As atividades pedagógicas são desenvolvidas a partir de situações que possibilitem ao aluno o acesso a diferentes conhecimentos e práticas requeridas pelas atividades produtivas, a interpretação crítica da realidade político-econômica e das relações de trabalho e a participação ativa na vida social.

A contextualização dar-se-á no próprio processo de aprendizagem aproveitando sempre as relações “[...] entre conteúdos e contextos para dar significado ao aprendido, sobretudo por metodologias que integrem a vivência e a prática profissional ao longo do curso [...]”. (BRASIL, 1999).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Educação Superior afirmam que a flexibilidade da organização curricular irá permitir que os alunos

“[...] construam itinerários próprios, segundo os seus interesses e possibilidades, não só pelas fases circunscritas de sua profissionalização, mas também para que se insiram em processos de educação continuada, de permeio ou de alternância com fases de exercício profissional [...]”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000).

Nesse sentido, a Escola organiza sua Capacitação Pedagógica, enfatizando o planejamento como forma de buscar a integração do ensino/aprendizagem de diferentes áreas de conhecimento, orientadas para o desenvolvimento das competências, caracterizando uma interdisciplinaridade.

O planejamento consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definições de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo e espaço para execução e formas de avaliação. É o alicerce de toda a prática pedagógica.

A eficiência em sala de aula e em outros espaços de aprendizagens dá-se em suma porque foram planejadas as ações a partir de uma postura reflexiva sobre a prática. É a partir do planejamento que o docente pode direcionar sua atuação e possibilitar ao aluno um resultado satisfatório. O docente se apoia nos instrumentos metodológicos de que dispõe para alicerçar sua prática e o planejamento tem um caráter primordial na sua ação perante seus alunos.

Um planejamento precisa ter ao menos as seguintes definições:

- **Os objetivos** – Qual a intenção do ensino/aprendizagem? Os objetivos são os resultados do que se pretende realizar. Nesta etapa, deve-se identificar aonde o planejamento pretende chegar. A definição dos objetivos é consequência das condições internas e externas, podendo se definir o caminho que o planejamento irá seguir.
- **Os conteúdos** – O que devemos trabalhar para atingir os objetivos? Os conteúdos relacionados no Planejamento devem contemplar os elementos necessários para garantir o alcance dos objetivos. Os

conteúdos guiam o planejamento e relacionam-se com conceitos propriamente ditos e referem-se ao conjunto de fatos, objetos e características que envolvem a compreensão, reflexão, análise e comparação.

- **As Estratégias Metodológicas** – Como devemos trabalhar os conteúdos? As estratégias são meios utilizados para desenvolver os conteúdos. Precisam ser coerentes com os objetivos e favorecer que os mesmos sejam atingidos. A partir das estratégias é possível dimensionar os recursos necessários e a previsão do tempo para o desenvolvimento das ações. As estratégias devem considerar os potenciais das pessoas e o tempo necessário para uma melhor distribuição de tarefas.
- **A Avaliação** – O objetivo foi alcançado? Avaliar é um ato reflexivo, de investigação e ação, visando transformar a prática e o crescimento dos envolvidos; Deve ser contínua, participativa, negociada, democrática (incluindo auto-avaliação) e abrangente; É importante que se tenha clareza do que é esperado (objetivos), para nortear a construção de um instrumento que facilite o registro da avaliação e verificar se os objetivos foram atingidos.

## 7.11 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação das aprendizagens tem como princípios a contextualização do ensino e a continuidade do processo a partir do trabalho pedagógico. Desenvolvida, segundo esses pressupostos, a avaliação assume o caráter diagnóstico e a função formativa.

O caráter diagnóstico permite a identificação de avanços, retrocessos e necessidade dos atores envolvidos no processo ensino/aprendizagem.

A avaliação formativa situa-se em uma perspectiva pragmática e não tem nenhum motivo para ser padronizada. Inscreve-se na relação diária entre o professor e os alunos e seu objetivo é auxiliar cada um a aprender, não a prestar contas a terceiros. (PERRENOUD 1999).

Praticar a avaliação formativa significa, portanto, atribuir ao trabalho escolar o papel de contribuir para o desenvolvimento tanto do discente, quanto do docente. No entanto, três aspectos são fundamentais para sua prática:

Todos os envolvidos (discentes, docentes, diretores, coordenadores e supervisores) devem ter a mesma compreensão do padrão de qualidade do trabalho escolar e devem ser capazes de julgar a qualidade daquilo que está sendo produzido. Devem ser capazes de acompanhar, adequadamente, o desenvolvimento do seu trabalho (auto-avaliação).

De acordo com Villas Boas apud Ilma (1998): “Aprendizes competentes são os que acompanham e controlam o seu próprio trabalho e não apenas executam o que outros prescrevem”.

Neste sentido, durante todo o curso, o professor e o aluno identificam avanços, dificuldades e as necessidades de replanejamento do trabalho. A avaliação será sempre o início e o fim do processo de ensino e aprendizagem.

Avaliação é uma metodologia dialógica e dinâmica, processual e contínua, que envolve a avaliação dos processos de ensino e construção de saberes, o planejamento, o currículo, as intenções formativas, o espaço e tempo, os recursos didáticos, o material didático de apoio, o discente e o docente, permitindo a autoavaliação dos sujeitos envolvidos e entre seus pares e de todo o contexto pedagógico.

A avaliação de habilidades e competências requer a integração ensino-serviço, teoria-prática, visando evidenciar a construção de saberes práticos, posturas e valores que movem para novas atitudes, transformação da realidade e dos indivíduos.

A metacognição e a avaliação formativa levam os sujeitos a analisar suas condições físicas e mentais para o aprendizado, seus conhecimentos prévios, eleger objetivos, identificar necessidades, observando seus progressos e fragilidades numa dada realidade individual e coletiva.

Avaliação poderá se dar por meio de vários instrumentos, principalmente, aqueles onde o docente possa observar a desenvoltura da prática, por meio de estudos de casos, simulados, atividades vivenciais em equipes e individuais, de

produção do conhecimento, seja oral ou escrito, de projetos de intervenção, proposições para resolver problemas, despertando para criatividade e comprometimento com bem comum.

A demonstração ou aplicação dos estudos em atividades práticas é fundamental para evidenciar o aprendizado mais amplo, que envolve os processos mentais superiores e atitudes, e por meio da avaliação formativa, se espera que o docente junto ao discente encontrem maneiras de superar as dificuldades encontradas, num movimento vivo de ajuda mútua e contingencial para que a formação almejada aconteça.

Ressaltamos, também, as práticas de socialização e discussão em grande grupo de produções de saberes individuais e coletivas, capazes de promover as trocas de experiências entre seus pares, o que enriquece o pensar do outro e o docente poderá analisar os resultados em relação ao que foi proposto, podendo sugerir outras atividades individuais e/ou coletivas para desenvolver habilidades outras não contempladas.

Como podemos perceber, a avaliação acontece durante todo processo de ensino e aprendizagem, buscando evidenciar situações que carecem de recuperação individual e coletiva para o alcance de objetivos pedagógicos.

Por isso, a avaliação formativa e diagnóstica demanda uma prática constante do replanejamento, como algo básico ao sucesso docente, necessitando conhecer bem seu público alvo, acompanhar bem o processo e as atividades desenvolvidas pelos discentes para pensar as próximas ações no tempo e espaço.

Para um acompanhamento mais sistematizado, o docente deverá adotar instrumentos avaliativos, considerando o processo individual e coletivo da turma, o que o ajudará organizar os registros durante o processo. Esta prática ajudará o docente refletir sobre sua experiência e melhorar naquilo que observou ter fragilidade e no futuro estes registros poderão ser objeto de expressão de sua prática em seminários.

É preciso observar, também, critérios formalizados para condução da avaliação formativa, previsão de início e término das atividades, regras de

aprovação e frequência. Por isso, a prática docente está organizada pelo regimento interno escolar, no qual constam as normas, direitos e deveres que precisam ser observados e atendidos.

Os registros deste processo avaliativo tanto durante a formação como ao final são de responsabilidade do docente, sendo necessária a formalização avaliativa no diário de classe, seguindo as orientações da escola.

O resultado do processo de avaliação das competências desenvolvidas acontecerá a partir de critérios gerais e específicos previamente definidos para cada componente curricular e será representado no decorrer do processo pelas menções: Ótimo (correspondente a uma nota entre 8,5 e 10,0), Bom (entre 6,0 e 8,4), Regular (entre 4,5 a 5,9) e Não Satisfatório (entre 0,0 e 4,4).

Será considerado APTO o aluno que, ao final do processo, desenvolver de 60 a 100% das competências previstas para cada componente curricular e obtiver no mínimo 75% da frequência às atividades desenvolvidas. Isso abrange todas as ofertas da Escola, seja de nível médio ou pós-graduação *lato sensu*.

Ao final dos cursos, todos os discentes apresentarão um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), preferencialmente no formato de Projeto de Intervenção, construído durante o desenvolvimento das aulas, com orientação de um docente e avaliado em banca composta de três (03) membros, preferencialmente docentes da Escola e do curso em conclusão.

No caso de Cursos de Formação Técnica de nível médio, com estágio curricular supervisionado, o aluno será considerado APTO, se tiver aproveitamento de 60 a 100% no desenvolvimento das competências previstas e cumprir no mínimo, 90% (noventa por cento) de frequência.

Quando no decorrer do processo o aluno não conseguir reconstruir seus conhecimentos, ultrapassando os conceitos Regular e/ou não Satisfatório, será considerado no final do Componente Curricular NÃO APTO. Quando o aluno for considerado NÃO APTO no Módulo I em até dois componentes, poderá se matricular no Módulo seguinte e fará, paralelamente, um planejamento de



estudos junto ao professor com o objetivo de trabalhar os conhecimentos e/ou habilidades não desenvolvidas.

## 7.12 CERTIFICAÇÃO

### 7.12.1 Cursos Técnicos e de Especialização Técnica

O estudante dos cursos técnicos e de especialização técnica após integralizar todos os componentes curriculares, e apresentar seu TCC, fará jus ao Certificado de Conclusão ou Diploma, contendo a duração total do curso e, em seu verso, a grade curricular do curso com seu respectivo aproveitamento.

### 7.12.2 Lato-Sensu

Farão jus ao certificado de especialista apenas os alunos que tiverem obtido aproveitamento segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos pelo PPC, assegurada, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e obtido conceito BOM ou ÓTIMO ao final do curso.

Os certificados de conclusão devem mencionar a área de conhecimento do curso e serem acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual deve constar obrigatoriamente a duração total do curso, a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno, título da monografia ou do trabalho de conclusão do curso e nota ou conceito obtido.

Os certificados de conclusão de cursos de especialização em nível de pós-graduação devem ter registro próprio pela Escola.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Shirley Nadja Ferreira de; MEDEIROS, Valéria Maura Rocha de (org.). **A história das instituições de formação e desenvolvimento de servidores públicos de Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Escola de Governo, 2010.

BECKER, Fernando. **Ensino e construção do conhecimento: o processo de abstração reflexionante**. Porto Alegre: [s. n.], 1993. 18 v.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão democrática da escola cidadã. *In*: SEDUC (Ceará). **Novos paradigmas da gestão escolar**. Fortaleza: Seduc, 2005. p. 27-46.

BORUCHOVITC, Evely. **A psicologia cognitiva e metacognição: novas perspectivas para o fracasso escolar**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1999.

BRASIL. Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Legislação Básica**. 2. ed. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011**. Dispões sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11). Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1989.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Exposição de motivos**. Brasília: Câmara Federal dos Deputados, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf). Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

BRASIL. Parecer nº 16, de 05 de novembro de 1999. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. [S. l.: s. n.], [1999].

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasília). **Legislação brasileira sobre educação**. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. (Legislação). Número 176. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/editora>. Acesso em: 28 jan. 2021.

DALBEN, Ângela. **Trabalho escolar e conselho de classe**. Campinas: Papyrus, 1995.

DELUIZ, Neise. **A globalização econômica e os desafios à formação profissional**. Rio de Janeiro: Senac, 1996. 22 v.

FÁVERO, Maria de Lourdes *et al.* **Análise das práticas de formação do educador: especialistas e professores**. Rio de Janeiro: PUC, 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista**. São Paulo: Cortez, 1984.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GANDIM, Danilo. **Escola e transformação social**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GERMANO, Raimunda Medeiros. **CEFOPE RN: uma experiência de formação de recursos humanos em saúde 1984-1996**. Natal: SESAP, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. *In*: GOMES, Nilma Lino (org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 97-109.

HARBEMAS, Jurgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MARTINS, Francisco Marcos. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?**. Campinas: Leitores Associados, 2000.

MENDES, Eugênio Vilaça. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

PERRENOUD, Phillipp. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PERRENOUD, Phillipp. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PORTELA, Adéli Luiza; ATTA, Dilza Maria Andrade. A dimensão pedagógica da gestão da educação. *In*: RODRIGUES, Maristela Marques; GIÁCIO, Mônica (org.). **Prasem III**: guia de consulta. Brasília: Fundescola, 2001. p. 119-158.

SACRISTÁN, José Gimeno. **A educação Obrigatória**: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28 jan. 2021.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 10. ed. Campinas: Papirus, 2000.